

COMENTÁRIOS – Consulta Pública Portaria CVD

Proponente: UNO TRADE - ESTRATEGISTAS DE COMERCIO INTERNACIONAL LTDA.

Endereço: AV. BRIG. FARIA LIMA, 1.571 15º ANDAR JD. PAULISTANO SÃO PAULO SP BRASIL CEP. 01452-918

Telefone: +55 11 3588.4004

São Paulo, 30 de agosto de 2021.

Prezados Senhores,

Vimos, por meio desta, respeitosamente, sugerir a revisão de dois artigos da Portaria sob consulta pública que regulamenta os procedimentos para investigação de subsídios e imposição de medidas compensatórias, quais sejam, Art. 146 e 335.

No Art. 146, seria importante deixar clara a intenção da SDCOM de considerar os juros reais e não os nominais na arbitragem o real benefício. Ou seja, deixar explícito que a inflação deve ser descontada dos juros nominais:

“Art. 146. Em regra, o montante do benefício decorrente de subsídios não recorrentes será determinado por meio da alocação do benefício total recebido pela empresa investigada durante a vida útil média dos ativos fixos do produtor/exportador investigado ou da indústria em que está inserido o produtor/exportador.

§1o Na alocação de subsídios não recorrentes ao longo dos períodos em que se observam os benefícios, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público considerará o valor presente do montante de benefício alocado ao período de investigação de existência de subsídio, considerando os efeitos da inflação e dos juros para atualização de valores monetários do passado.”

Sugestão de alteração:

§1o Na alocação de subsídios não recorrentes ao longo dos períodos em que se observam os benefícios, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público considerará o valor real do montante de benefício alocado ao período de investigação de existência de subsídio, desconsiderando os efeitos da inflação e ajustando os juros nominais para atualização de valores monetários do passado.

Quanto ao Art. 335, a Portaria solicita o apoio do governo do país exportador caso um exportador queira solicitar uma "revisão acelerada" (equivalente à revisão de novo exportador prevista no Decreto nº 8.058/2013):

Art. 335. A petição deverá conter o apoio expresso do governo do país exportador em relação à condução da revisão acelerada com vistas à apuração do montante individual de subsídio pleiteada pelo peticionário.

~~*§ 1o A petição deverá conter compromisso expresso do governo de responder questionário e apresentar quaisquer informações solicitadas pela Subsecretaria de Defesa Comercial e*~~

~~Interesse Público com vistas a apurar os programas e os montantes de subsídios que beneficiaram o peticionário.~~

~~§ 2o O governo do país exportador deverá apresentar informações referentes a programas de subsídios concedidos por todos os níveis de governo (central ou nacional, estadual ou provincial, local ou municipal etc.).~~

~~§ 3o O governo do país exportador deverá indicar previamente sua concordância com a realização de verificações in loco nas premissas do produtor ou exportador e, se necessário, no próprio governo.~~

~~§ 4o A ausência de apoio expresso do governo do país exportador ao pleito do peticionário ensejará o indeferimento da petição.~~

Para não inviabilizar qualquer solicitação de revisão acelerada sugere-se a exclusão dos parágrafos tachados acima, uma vez que muitas vezes o governo não participa e mesmo assim as empresas têm o direito de ter uma margem de subsídios calculada, mesmo que seja aplicada a melhor informação disponível no caso de não participação do governo. A redação como está poderia infringir também a garantia constitucional do direito à petição, pois de fato um governo poderia não ter o interesse ou recursos de apoiar, de antemão, uma única empresa que intente pleitear a revisão acelerada.

Agradecemos a oportunidade de manifestação no curso da presente Consulta Pública e nos colocamos à disposição para futuras colaborações.

Cordialmente,
Equipe Uno.